



CONTROLE DE ARMAS: UM NOVO INÍCIO

Kenneth Adelman

Esta é uma época especialmente adequada para falar-se sobre novos inícios. Os primeiros meses de 1985 observaram alguns novos inícios bem como alguns importantes aniversários. A data de 8 de maio, naturalmente, foi o quadragésimo aniversário do Dia da Vitória — o final da Segunda Guerra Mundial na Europa e o início de uma nova era política. O dia 15 de maio assinalou o primeiro aniversário de um novo marco: o mais longo período de paz ininterrupta da história europeia moderna. Os 40 anos transcorridos desde o final da Segunda Guerra Mundial excedem o recorde anterior europeu de 39 anos, entre a derrota de Napoleão, em Waterloo, em 1815, e a eclosão da Guerra da Criméia, em 1854.

O dia 15 de maio também assinalou o trigésimo aniversário do Tratado do Estado Austríaco — a retirada das forças soviéticas e o estabelecimento de um estado neutro independente e democrático bem na orla da cortina de ferro.

Os Estados Unidos iniciaram o ano com um presidente recém-releito. Após os governos muito precários de Andropov e Chernenko, a União Soviética está começando uma nova era com um líder jovem e saudável: Mikhail Gorbachev.

No setor do controle de armas também conseguimos um novo início. Desde que assumiu o cargo, o Presidente Reagan vem propondo uma das mais ambiciosas agendas de controle de armas jamais

apresentados por um Presidente dos EUA:

— Propôs uma redução de 30 por cento nas ogivas nucleares dos mísseis estratégicos.

— Propôs a eliminação total dos mísseis de alcance intermediário sediados em terra — os chamados INF (do inglês Intermediate Nuclear Forces).

— Propôs medidas concretas para reduzir o risco de um ataque de surpresa e reduzir substancialmente as armas convencionais na Europa.

— Introduziu um tratado para prescrever totalmente as armas químicas.

— Concluiu um acordo para melhorar as comunicações pelo "telefone vermelho" entre Washington e Moscou, e

— Fortaleceu as políticas de proliferação nuclear de forma a conter a propagação das armas nucleares em um número ainda maior de países.

Se tivesse um níquel por cada vez que ouço alguém dizer "o problema do controle de armas é que o Governo Reagan não o leva a sério", seria um homem rico. Mas a realidade é que o Presidente e seu Governo o levam muito a sério, tal como se pode constatar pelas propostas que apresentei. Ele deseja um acordo significativo, não uma postura de aparência.

Não nos deixemos iludir com o fato de que obter um acordo não constitui um problema. Poderíamos conseguir um acordo amanhã se, simplesmente, concordássemos com as propostas soviéticas — in-

dependentemente de seus efeitos sobre nossa segurança nacional.

Mas este seria o tipo errado de "acordo". O mais difícil é obter o tipo certo de acordo: um acordo que realmente promova a estabilidade mundial; que, de fato, reduza as ogivas nucleares, e que seja, na realidade, eficazmente verificável.

Este tipo de acordo requer algo mais do que boas intenções. Exige uma grande dose de paciência e persistência. Afinal, o verdadeiro objetivo das negociações sobre controle de armas não é obter-se um acordo pelo simples fato de obtê-lo, mas conseguir um acordo que garanta um mundo mais seguro e estável.

Contamos, ainda, com um novo início, nesse ano. Em março, após uma interrupção de mais de quinze meses, provocada pela retirada dos representantes soviéticos, negociadores norte-americanos e soviéticos sentaram-se novamente à mesa, em Genebra, para debater a questão mais crucial de nossa época: como conter e reverter a expansão das armas nucleares na Terra, e impedir uma corrida armamentista no espaço? Em seus encontros de janeiro último, o Secretário Shultz e o Ministro das Relações Exteriores Gromyko concordaram em que essas negociações deveriam ser realizadas por três grupos: um para armas nucleares estratégicas; outro para forças de alcance intermediário, e um terceiro, sobre defesa e armas espaciais. A "segunda rodada" dessas negociações reiniciaram-se hoje.

Essas negociações deram-nos a oportunidade de um "renovado

início" com a União Soviética. Mas não devemos alimentar ilusões de que isto conduza a respostas rápidas, ou fáceis. Na realidade, temos um longo percurso pela frente. A União Soviética pode ter um novo líder, mas não mudou. Os soviéticos continuam negociadores irredutíveis, inflexíveis, que não temem fazer exigências exorbitantes a seus adversários.

Desejamos que este "novo início" seja mais do que apenas um gesto simbólico. Se estamos aqui para alcançar acordos sobre controle de armas que sejam realmente significativos. Devemos levar em consideração a atual situação estratégica, e perguntarmo-nos se não poderia haver uma alternativa mais estabilizadora.

É exatamente isto que se encontra por traz da Iniciativa de Defesa Estratégica do Presidente — o desejo de aumentar a estabilidade e livrar o mundo da ameaça nuclear.

Em minha opinião, três fatores ressaltam a necessidade de pesquisar a possibilidade de caminhar rumo a uma estratégia de proteção, uma estratégia que dê mais ênfase à defesa contra armas nucleares, que nos afaste de qualquer perspectiva de extinção global.

Primeiro, os componentes da tecnologia defensiva progrediram acentuadamente no transcurso da última década, ou pouco mais. Embora não saibamos exatamente o que o futuro encerra no que se refere a tecnologias defensivas, não mais do que Einstein sabia sobre o que o futuro encerrava para a energia nuclear, sabemos que a

pesquisa encerra promessas consideráveis.

O esforço de pesquisa da SDI (do inglês, Strategic Defense Initiative) é uma aposta razoável. Grande parte desse esforço encontra-se na própria fronteira dos avanços científicos e tecnológicos de hoje — nos computadores, sensores, radares, raios de partículas de alta energia, e lasers.

Certamente, grande parte do quadro técnico mudou desde a última vez que atraímos os soviéticos para um diálogo sobre o relacionamento de forças ofensivas e defensivas. Isto foi na década de 60, e primórdios da de 70, com vistas ao tratado antimísseis balísticos, ou ABM (do inglês, Anti-Ballistic Missile).

Ninguém tem uma bola de cristal nesse complicado negócio. Necessitamos de dados destinados a proporcionar uma sólida base para decisões com vários anos de antecedência, a fim de sabermos se devemos ou não buscar novos sistemas defensivos. Com o objetivo de acrescentar pormenores a uma questão freqüentemente levantada — a da eficácia definitiva da SDI — podemos presumir, ainda agora, que até mesmo menos do que a defesa chamada de à prova de vazamento, a defesa menos do que perfeita, pode reduzir o risco de guerra. Pois poderia aumentar acentuadamente a incerteza potencial do atacante sobre a viabilidade de êxito de seu ataque. E, isto, afinal, é a quintessência da dissuasão.

Não precisamos ir longe, em busca de exemplos. A capacidade de sobrevivência de nossas qualifi-

cações de comando, controle, comunicações e inteligência, é vital para uma dissuasão eficaz. Embora, com frequência, atraia pouca atenção, o fortalecimento dessas qualificações é, há vários anos, a principal prioridade do programa do Presidente Reagan de modernização estratégica. Além do mais, a crescente vulnerabilidade de nossos ICBMs (Mísseis Balísticos Intercontinentais) instalados em terra, tornou-se, a partir da década de 70, um fato inquietante.

O objetivo do programa de pesquisa da SDI não se concentra em descobrir uma defesa para uns poucos componentes; é muito mais amplo. Contudo, se, nesse processo, constatarmos que defesas capazes de sobreviver podem tornar nossos C31, ou ICBMs, menos vulneráveis, a dissuasão deve ser melhorada.

Argumentos semelhantes dizem respeito a vantagens aliadas. Ao contrário do que alegam alguns críticos, a SDI não desvincula os Estados Unidos de seus aliados. Nem significa um retorno à "América fortaleza". Os norte-americanos aprenderam que não existe tal fortaleza, que não pode haver recuo. Como disse o Presidente Reagan, "nossos interesses vitais, e os de nossos aliados, encontram-se inexplicavelmente ligados. Sua segurança, como a nossa, é uma só".

Uma defesa menos que perfeita poderia também oferecer esperança contra um ataque nuclear desautorizado ou não-intencional — o tipo de pesadelo dramatizado, há alguns anos, no romance *Fail-safe*. Enquanto isso, um Presidente

não teria alternativa senão partir para a destruição de uma cidade, ou duas, como resposta a tal "erro", ou para uma retaliação do gênero. Não é uma alternativa desejável; uma aparente liberdade de opção mas, na realidade, sem opção.

Assim, o segundo fator que nos impele no sentido da concessão de uma ênfase maior à uma postura estratégica defensiva — constante com as promessas técnicas que os esforços atuais podem oferecer — é a esperança que encerra de reduzir o risco de guerra por retirar-nos da vulnerabilidade total e nos dar proteção atuante.

Terceiro e último, mas de forma alguma menos importante, a pesquisa SDI é de grande valia ao fornecer-nos maior compreensão sobre tecnologias avançadas que poderemos ter que enfrentar. Os soviéticos vêm realizando, há alguns anos, um intenso programa de pesquisa defensiva estratégica. Em linguagem adequada, a SDI é uma "margem de prudência" contra atuantes programas defensivos e de pesquisa da União Soviética, principalmente a probabilidade que venha a romper — ou abandonar furtivamente — o Tratado ABM.

A União Soviética não apenas construiu o único local permitido para instalação de ABMs, em torno de Moscou, mas outras atividades em conjunção com o sistema de Moscou indicam que os soviéticos podem estar agindo no sentido da aquisição de qualificação de defesa ABM em escala nacional, contrária ao que tinha direito e de

toda a força de arremesso do tratado ABM. O segundo relatório do Presidente Reagan ao Congresso sobre problemas de não-cumprimento de cláusulas pelos soviéticos, emitido recentemente, aborda essa preocupação. A não-obediência soviética, em vários setores, é um assunto sério. Entre outros problemas, solapa a confiança, que será essencial no futuro para um processo eficaz de controle de armas.

A União Soviética mantém um amplo programa de defesa aérea, além de prosseguir energeticamente em suas pesquisas sobre lasers e raios de partículas de nêutron para defesas estratégicas. Na realidade, em conjunto, a União Soviética gasta cerca de dez vezes mais do que os Estados Unidos em programas defensivos.

Ainda mais surpreendente, no decorrer da última década e meia, a partir da assinatura do Tratado ABM, os soviéticos gastaram aproximadamente tanto na defesa estratégica como em forças estratégicas ofensivas. Talvez eles entendam melhor os benefícios da defesa, ou talvez não. De qualquer forma, o pior desfecho de todos seria, certamente, cruzarmos os braços em relação à pesquisa sobre sistemas defensivos, enquanto os soviéticos prosseguem e adquirem substancial vantagem nesse setor.

A esse respeito, é válido recordarmos que os esforços norte-americanos da pesquisa SDI são plenamente compatíveis com nossas obrigações para com os termos de tratados, principalmente o tratado ABM. Futuramente talvez se justi-

fiquem algumas modificações nessas obrigações para permitir demonstrações ou transição mais definitivas para um equilíbrio mais estável, que incluía defesas.

Nesse caso, elas teriam que ser tratadas em caráter de reciprocidade com a União Soviética.

A pesquisa sobre sistemas defensivos não apenas é permitida, nos termos do Tratado ABM, mas foi intensamente defendida quando ingressamos nesse acordo. Quando o tratado se encontrava no Senado dos EUA, o Secretário de Defesa Laird ressaltou que "buscaríamos energeticamente um amplo programa de tecnologia ABM". De fato, todos os presidentes norte-americanos, desde então, apoiaram dinâmicos programas de pesquisas sobre tecnologia ABM, embora nenhum com o mesmo interesse ou empenho como o Presidente Reagan.

Para mim, as principais ameaças ao Tratado ABM encontram-se, não na SDI, mas em outros lugares. Primeiro, e acima de tudo, a ameaça pode ser encontrada na violação, por parte da União Soviética, de cláusulas do Tratado ABM, como o radar que está construindo em Krasnoyarsk. Esta construção soviética é muito inquietante. Eles deveriam saber que, futuramente, detectaríamos uma estrutura tão maciça, do tamanho de vários campos de futebol. A construção deve ter sido planejada de princípios a meados da década de 70, no auge da *détente*. No entanto, eles prosseguiram com ela.

Segundo, o Tratado ABM foi baseado na suposição de que os limites sobre sistemas defensivos seriam rapidamente seguidos por limites sobre sistemas ofensivos. Nosso negociador nas SALT, Embaixador Gerard Smith, ressaltou à época:

"Por causa da especial importância que os Estados Unidos atribuem ao relacionamento entre limitações de armas defensivas e ofensivas, fez-se uma declaração oficial colocando a URSS sob aviso de que se dentro de cinco anos — o prazo de vigência do acordo interino — não se chegasse a um acordo que impusesse limitações mais completas às armas ofensivas, os interesses supremos norte-americanos poderiam ser prejudicados e, caso isso acontecesse, constituiria a base para denúncia do acordo".

A suposição de que se seguiram, logo, significativos limites ofensivos ainda não se concretizou — principalmente devido à relutância soviética em concordar com profundas reduções nas armas estratégicas.

Um de nossos principais objetivos nas atuais negociações sobre controle de armas é inverter a erosão que o Tratado ABM sofreu no decorrer da última década. Estamos dispostos a discutir tanto os atuais, como futuros, sistemas defensivos — sediados no espaço como em terra — que possam atacar objetos no espaço, ou utilizar o espaço para atacar alvos na terra.

Apesar de nossos esforços, a União Soviética, infelizmente, continua a encarar o controle de

armas de forma muito diferente da nossa. Por exemplo, temos buscado profundas reduções nos arsenais nucleares. Os soviéticos propuseram congelar a atual posição, com seus acentuados desequilíbrios. Quando partilhamos com eles nossa visão de um mundo mais seguro, em que houvesse maior dependência da defesa do que do ataque, os soviéticos propuseram a proscricção de qualquer pesquisa nesse sentido.

Tudo indicava que os soviéticos gostariam de manter o *status quo* estratégico. O motivo é óbvio. Primeiro, no que toca a armamentos estratégicos, eles detêm uma nítida vantagem na capacidade de destruir rapidamente alvos fortificados. Isto inclui nossos silos de mísseis balísticos e centros de comando e controle, tanto quanto aspectos vitais de nosso poderio nuclear ofensivo. Segundo, detêm uma grande vantagem nas forças nucleares de alcance intermediário, principalmente nos sistemas de mísseis INF de alcance mais longo. Terceiro, empenharam-se em um intenso programa de pesquisa sobre tecnologias defensivas estratégicas e possuem o único sistema anti-satélite em funcionamento.

Os soviéticos propuseram, por exemplo, uma extensa proscricção — da pesquisa, desenvolvimento, experiências e instalação — do que denominam "armas espaciais de ataque". Está claro que seu principal objetivo é interromper o programa de pesquisa de defesa estratégica dos Estados Unidos.

Pelos motivos que expus, não deveríamos excluir a pesquisa permitida, mas manter aberta a porta para um mundo mais seguro e voltado para a defesa. Além do mais, os soviéticos sabem que uma proscrição à pesquisa não pode ser eficazmente verificada. Em uma sociedade fechada, não saberíamos se tal pesquisa continuaria em base clandestina. Do ponto de vista de Moscou, um monopólio soviético da pesquisa estratégica defensiva seria, certamente, o resultado mais desejável. Do nosso, seria o pior.

O controle de armas tem sido e, sem dúvida, continuará a ser, um processo tortuosamente lento e frustrante. Contudo, devemos ter sempre em mente que partilha-

mos, todavia, um importante objetivo: sobrevivência. Devemos ajudá-los a considerar que há apenas um caminho racional a seguir: a busca de reduções mútuas, justas e amplas nas armas nucleares ofensivas.

Um mundo mais seguro e a salvo está a nosso alcance, e devemos sempre procurar alcançá-lo. Se pudermos permanecer firmes em nossos objetivos, então, talvez, possamos transformar este novo início em uma nova era de paz duradoura.

Kenneth Adelman é Diretor da Agência Norte-Americana de Controle de Armas e Desarmamento.